

**Regressividade no Imposto sobre o Valor Acrescentado:**

**Um estudo com vista à promoção de maior justiça fiscal**

*Regressivity in Value Added Tax:*

*A study to promote greater tax justice*

Nome do autor: Tiago Miguel Sousa Santos

Orientador: Professor Doutor João Manuel Ricardo Catarino

Coorientador: Professor Doutor Ricardo Manuel de Barboza Marques de Moraes e Soares

*Dissertação para obtenção de grau de Mestre*

*em Gestão e Políticas Públicas*

**RESUMO**

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) é um imposto que tributa a generalidade das operações económicas e que está estruturado com três taxas fixas que são devidas por todos os contribuintes aquando do momento do consumo. Isto faz dele um imposto que, segundo vários estudos publicados e aos quais recorreremos, onera mais, em função do rendimento, os contribuintes com menor capacidade contributiva, ou seja, um imposto regressivo *de facto*.

Entendendo a política fiscal enquanto parte integrante do conceito mais lato de políticas públicas, entendemos que esta deve procurar promover maior justiça na repartição dos encargos fiscais, garantindo o financiamento do Estado sem onerar os contribuintes acima da sua capacidade contributiva, em especial para os contribuintes com menor capacidade económica, tal como se encontra previsto no número 1 do artigo 103º da Constituição da República Portuguesa.

Neste sentido, procuramos avaliar neste estudo se uma eventual alteração ao Imposto sobre o Valor Acrescentado diminuiria essa regressividade e promoveria o aprofundamento da justiça fiscal, respeitando o número 4 do 104º artigo da Constituição da República Portuguesa, sem uma diminuição da receita arrecada pelo Estado.

Para tal, avaliamos a possibilidade da aplicação de uma taxa única de IVA aliada à criação de um imposto negativo a favor dos agregados com rendimentos iguais ou inferiores a 13.500€ anuais.

Concluimos que todas as taxas únicas de IVA analisadas garantiriam um aumento da receita arrecadada quando comparado com o atual modelo, o que permitiria a devolução total do valor suportado pelos contribuintes no intervalo de rendimentos identificado, sem que esse imposto negativo conduzisse à diminuição da receita arrecadada através do modelo de imposto vigente.

Assim, os resultados sugerem que a aplicação do modelo de IVA com taxa única, complementada com um sistema de imposto negativo, possibilitaria a diminuição da regressividade do imposto, promoveria uma maior justiça no sistema fiscal e garantiria o financiamento do Estado para a prossecução dos seus fins.

**Palavras-chave:** IVA, Justiça, Regressividade, Capacidade Contributiva, Taxa Única, Imposto Negativo